

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO RACIAL NA POLÍTICA DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

*Eixo Temático 05 - Caminhos de Construção da Equidade no Mundo do Trabalho:  
Debatendo as Propostas de Gestão da Diversidade e Políticas Afirmativas*

Ana Furlong Antochevis <sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho propõe discutir sobre o impacto da Política Nacional de Assistência Estudantil - PNAES no enfrentamento e superação da desigualdade racial brasileira, fenômeno que se replica no ambiente universitário. Para tanto, foi realizada revisão narrativa sobre o tema, e foi feita a análise do material encontrado à luz de referenciais teóricos que destacam a importância da luta do movimento negro brasileiro para a garantia do acesso da população negra à educação pública, em especial no Ensino Superior. Conclui-se que ainda que se tenham realizado avanços nas políticas de acesso, através das ações afirmativas, há riscos concretos de retrocessos, em função do programa neoliberal que reduz investimentos públicos nas ações de permanência.

**Palavras-chave:** PNAES, Racismo estrutural, Políticas Públicas.

### INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do Brasil foi determinado pelo uso da escravização da população negra como elemento estrutural na economia, na política e na construção e consolidação das relações sociais. Vivemos hoje em um novo milênio, mas seguimos observando os esforços que a população negra precisa empreender para interromper a continuidade dos efeitos da escravização colonial e as novas formas de exclusão que vão sendo reeditadas nas sociedades capitalistas modernas, incluídas as dificuldades relacionadas à permanência no Ensino Superior.

---

<sup>1</sup> Psicóloga. Mestre em Educação Ambiental - FURG. Mestranda em Estado, Gobierno y Políticas Públicas - FLACSO.

## **Precariedade e racismo estruturais e seu impacto nas Políticas Públicas**

A conquista da liberdade pelos negros e negras escravizados foi continuamente relativizada e, assim, não efetivada, segundo Chalhoub (2010). Esse processo ocorreu no âmbito burocrático, através de diversas formas de registros ineficientes que eram utilizadas com o intuito de não garantir a oficialidade da liberdade, processo que o autor chamou “precariedade estrutural”. Além destes procedimentos, todo um conjunto de cultura e costumes acabou sendo consolidado no sentido de estabelecer, junto à identidade da cor da pele negra, a identidade do escravizado. Nesse processo foi se constituindo um senso de subcidadania, que tem subsidiado a forma como o Estado se estrutura com políticas públicas as quais parcamente atendem à população negra no Brasil.

A teoria que analisa o racismo a partir da perspectiva estrutural permite compreender que a definição das características a serem utilizadas para a esta diferenciação podem mudar ao longo do tempo, mas estão sempre a serviço da manutenção da discriminação racial e a consequente estratificação social - sendo esta última uma das bases necessárias para a exploração do trabalho humano no sistema capitalista (ALMEIDA, 2019). Nessa perspectiva, importa a compreensão de que as instituições, enquanto reprodutoras da ordem social, reproduzem também as práticas racistas que estão colocadas na sociedade, estabelecendo as dinâmicas de vantagens/desvantagens determinadas aos grupos sociais “racializados”, de acordo com a orientação do poder hegemônico vigente.

Pode-se entender as Políticas Públicas como o conjunto de iniciativas institucionais formais que buscam dar conta dos problemas sociais (através de políticas de *proteção social*) e estimular o desenvolvimento nacional (através de políticas de *promoção social*). Mas pensar este conceito implica pensar sobre o contexto sócio histórico do País, segundo Giovanni (2009), e entender como essa forma de pensar atua subjetivamente na construção da ideologia e da lógica que irá embasar a maneira como as políticas sociais e, adiante, as políticas públicas serão implementadas e operadas.

## **Desafios no direito à Educação da população negra**

A dinâmica de organização do povo negro tem sido historicamente um recurso de resistência, projeção de futuro e construção de subjetividade no campo da luta contra o racismo (GOMES, 2017). O movimento negro, para a autora, tem sido o ator social

responsável por evidenciar a pauta política do racismo, buscando seu desvelamento e possibilitando seu enfrentamento e superação. Este processo compreende a constituição da própria noção de identidade étnico-racial, de forma a ressignificar o sentido de ser negro no Brasil, possibilitando que esta população protagonize a ruptura com as construções teóricas e culturais que operam de forma estrutural na nossa sociedade.

O campo educacional, dentre as diversas políticas públicas sob responsabilidade do Estado, será o maior desafio para a reconstituição do significado da identidade negra brasileira e da construção de novas formas de confronto e combate ao racismo estrutural. Por esta razão, defende Gomes (2017), este é o ambiente de acesso a direitos sociais que mais tem sido excludente. A autora recupera o contexto histórico no qual, amparadas nas diferentes formas de racismo, as estruturas de poder hegemônicas no Brasil têm atuado de forma concreta para silenciar e mascarar a exclusão da população negra do acesso ao direito à educação formal.

O combate a esta realidade, portanto, está intimamente ligado à garantia do acesso à população negra ao estudo formal, e especialmente ao Ensino Superior (DIAS, 2012, p. 14). Fundamental, neste contexto, é o Movimento Negro organizado, segundo as análises de Gomes (2017) e Dias (2012). Para ambas autoras, será este o conjunto de forças sociais responsável por desmistificar o mito da democracia racial no Brasil e constituir tanto a luta social contra o racismo, como, no campo educacional, efetivar a operacionalização da revisão dos conteúdos e formas de apresentar a realidade da população negra e do racismo nos espaços escolares formais.

Focalizando este debate em relação à ocupação dos espaços de educação formal no Ensino Superior, Dias (2012, p. 22) irá detalhar diversas ponderações que têm sustentado a reação contrária das forças hegemônicas brasileiras. O debate realizado pela autora indica que a questão da legalidade e legitimidade das políticas de ações afirmativas enquanto estruturas fundamentais para a luta contra a desigualdade racial no País é o ponto mais atacado, por ser o ponto fundamental que guarda a sua urgência.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho constituiu-se de análise de referenciais teóricos sobre os temas Racismo, Desigualdade Social, e suas relações com Políticas Públicas de Educação, com enfoque no Ensino Superior. A base documental de legislações oficiais foi buscada no sítio eletrônico do Ministério da Educação - MEC e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Foi

realizada revisão narrativa sobre essa temática (ROTHER, 2007), considerando-se que o propósito deste trabalho relaciona-se mais com uma discussão qualificada sobre o tema proposto, do que a produção quantitativa de informações sobre a produção científica na área.

Para o levantamento dos estudos feitos sobre esta temática até o momento, foi realizada pesquisa nas plataformas de pesquisa online Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Scholar e Banco Brasileiro de Dissertações e Teses, buscando os descritores associados: “PNAES”, “assistência estudantil” e “avaliação”. Além destes, foram utilizados livros de acervo pessoal da pesquisadora, avaliando sua pertinência e relevância para sustentar teoricamente o debate sobre o tema ora proposto.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Especialmente em relação ao Ensino Superior, importa salientar que a Lei de Cotas (BRASIL, 2012) foi implementada em um determinado momento histórico e político que vislumbrava a recuperação da Educação Superior brasileira, após o período de desinvestimento dos governos de Fernando Henrique Cardoso. Esta política potencializou-se na atuação em conjunto com o Plano de Reestruturação das Universidades Federais - REUNI (BRASIL, 2007), e o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (BRASIL, 2010), e sobre esta última iremos propor algumas considerações.

Os estudos encontrados sobre avaliação do PNAES informam sobre dois aspectos principais. Sobre o perfil dos beneficiários, com análises sobre o número de estudantes alcançados pelo Programa e os desafios gerados pelo aumento da demanda e o subfinanciamento do PNAES a partir de 2016 (ALMEIDA, OLIVEIRA e SEIXAS, 2019). Já sobre o sucesso da política, há uma relação muito constrita de pesquisas que se estabelecem a partir de parâmetros limitados a redução de índices de evasão e melhoria nos índices de coeficiente de rendimento acadêmico dos universitários beneficiários (MACHADO, OLIVEIRA e FREITAS, 2017).

Ainda assim, estas pesquisas informam a eficiência do PNAES nesses parâmetros, destacando inclusive o impacto negativo da focalização desta política que, por não ser universalizada e por ser materializada ainda sob a lógica meritocrática, leva à retenção e à evasão aos alunos que não conseguem atender continuamente os critérios definidos pelas IFES para a distribuição dos benefícios (BETZEK, 2015).

Contudo, se vivenciamos, na última década, a garantia do acesso de números cada vez maiores de estudantes negros e negras às Universidades, a política que garantia sua manutenção nos espaços acadêmicos foi continuamente reduzida ao longo de sua implantação. A Emenda Constitucional 95 (BRASIL, 2016), que estipulou o congelamento do teto de gastos públicos a partir de 2016, através da implantação do Novo Regime Fiscal, impactou negativamente não apenas o orçamento destinado ao Ensino Superior, mas também o PNAES. Sob a falácia do discurso da “austeridade” justificou-se o desinvestimento proposital em saúde e educação, promovendo uma dramática redução do Estado acessível à população (ROSSI, 2019).

Dados atuais do IBGE (2021) permitem observar que a população preta/parda, especialmente as mulheres, ainda possui as menores taxas de escolarização, menores índices de acesso a empregos formais, gastam mais tempo com tarefas domésticas e cuidados de outros indivíduos e recebem menores remunerações salariais. As mulheres negras compõem 27% das vagas universitárias, mas seus índices de frequência escolar no Ensino Superior são 50% menores e a taxa de conclusão da graduação chega a ser menor do que a metade que os estudantes brancos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estes dados declaram as condições materiais que são negadas à população negra para a sua dedicação ao estudo universitário. Pode-se inferir, através deles, que especialmente as mulheres negras devem ser foco de políticas ampliadas de garantia de permanência no Ensino Superior, sob pena de que continuemos o perverso processo de segregação racial observado nos espaços universitários. Neste panorama, a desigualdade racial, longe de ser combatida, acaba por ser revalidada, com prejuízos evidentes para a consolidação de uma condição de cidadania plena no País.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. R.; OLIVEIRA, I. F.; SEIXAS, P. S. Programa Nacional de Assistência Estudantil em uma universidade pública. **Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, vol. 13, nº2, 2019, p. 189 - 207. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v13n2/10.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2021.



## VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional  
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação  
em Sexualidade, Gênero,  
Saúde e Sustentabilidade

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264p.

BETZEK, S. B. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES na UTFPR Câmpus Medianeira**. 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124477>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)>. Acesso em: 24 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)>. Acesso em: 24 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)>. Acesso em: 24 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. **Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm)> Acesso em: 18 abr. 2022.

CHALHOUB, S. **Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)**. História Social: Revista dos pós-graduandos em História da Unicamp. Campinas, n.19, 1o. sem. 2010. (Dossiê Racismo: História e Historiografia) p. 33-62.

Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/315>>. Acesso em: 22 nov 2021.

DIAS, L. de O. **Desigualdades étnico-raciais e políticas públicas no Brasil**. Revista da ABPN, v. 3 n. 7 (2012) – Mar – Jun. 2012. Disponível em:

<<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/360>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

GIOVANNI, G. **As estruturas elementares das políticas públicas**. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=105472>> Acesso em: 15 set. 2021.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador - saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p. 21-39.

IBGE, Brasil. **Estatísticas de Gênero e Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2ª ed. Informativo. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em:

<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf)> Acesso em: 26 mar 2021.

MACHADO, J. P. e PAN, M. A. Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários. **Estudos de Psicologia** (Natal) [online]. 2016, v. 21, n. 4, pp. 477-488. Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160046>>. Acesso em 15 ago. 2021.

ROSSI, P. et al. **Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil**. Educação & Sociedade [online]. 2019, v. 40 [Acessado 18 Abril 2022]. Epub 09 Dez 2019. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019223456> Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019223456>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

ROTHER, E. T. **Revisão sistemática X revisão narrativa**. Acta Paulista de Enfermagem [online]. 2007, v. 20, n. 2, pp. v-vi. Epub 17 Jul. 2007. ISSN 1982-0194.

<https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>>. Acesso em: 18 abr. 2022.